

Ex-líder deve perder o mandato

Integrante do grupo dos "sete anões" e um dos personagens de maior influência na Comissão de Orçamento, o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA) deverá perder o mandato, em função da manipulação das subvenções sociais e emendas citada no relatório da CPI do Orçamento. É deputado federal desde 1983 — antes, foi deputado estadual e prefeito de Santo Amaro. Ocupava a liderança do PMDB, cargo que teve que deixar logo após a denúncia do economista José Carlos Alves dos Santos. Implicado nas quatro subcomissões da CPI, o deputado não conseguiu justificar seu súbito enriquecimento, apesar de confessar que a movimentação bancária superior a US\$ 2 milhões, nos últimos cinco anos, provinha de sobras de campanha.

A renda de Genebaldo Correia chegava ao valor mensal médio dez vezes superior ao seu vencimento de deputado federal. O deputado integrou a Comissão de Orçamento em 86 e nos cinco anos seguintes, o que lhe favorecia o acordo com empreiteiras para a inclusão de emen-

das destinadas a obras.

O patrimônio de Genebaldo Correia foi resultado explícito de fraude orçamentária, segundo o relatório de Roberto Magalhães que o considerou incompatível com seus rendimentos como parlamentar, os únicos declarados. A Subcomissão de Patrimônio identificou irregularidades em vários bens, com um detalhe curioso: foram declarados somente a partir de 92, no ano-base 91.

Genebaldo Correia sonou outras informações ao Fisco, a respeito de seu patrimônio, entre eles um terreno de praia em Saubara (BA), cotas na Rádio Independência de Santo Amaro e recursos financeiros. A Subcomissão de Subvenções Sociais constatou o favorecimento por Genebaldo a entidades como a Associação Beneficente dos Moradores de Cruz das Almas (BA), que sequer mantinha registros contábeis, e a Fundação Bahia 2000, dele próprio. O assumido relacionamento de amizade com o deputado Ibsen Pinheiro também cheirou mal à CPI do Orçamento.